

Trabajo preparado para su presentación en el:
VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política
Organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)
Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

**Socialização Política: o uso dos Sites de Redes Sociais e a Participação Política dos
brasileiros em 2013**

CAMILA DE VASCONCELOS

camilavas89@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Área temática: Participación, representación y actores sociales

Mesa: Dinámicas y espacios para la participación ciudadana III

Moderador: Yanina Welp

Socialização Política: o uso dos Sites de Redes Sociais e a Participação Política dos brasileiros em 2013

Resumo

A socialização política é a forma pelo qual se incorpora valores e atitudes políticos, nesse processo definem, principalmente os jovens definem seus comportamentos com relação aos objetos políticos. No contexto brasileiro, a pouca participação política dos cidadãos retrata uma baixa identificação dos mesmos com os mecanismos tradicionais, os partidos políticos, o que favorece a apatia política. Entretanto, vive-se em meio a um contexto de mudanças culturais aceleradas pelo processo de globalização, em que o uso da Internet e principalmente dos Sites de Redes Sociais (SRS) tem proporcionando um espaço de interconexão de informações. O uso desses SRS tem sido apontado, em algumas pesquisas na Europa e nos Estado Unidos, por estarem favorecendo o debate sobre questões políticas e possivelmente influenciando o envolvimento dos indivíduos com mecanismos de participação política. No ano de 2013 o Brasil experimentou uma série de protestos que foram organizados e convocados pelos SRS. Este trabalho, portanto, questiona, sobre o viés da cultura política se esses novos meios digitais têm contribuído para efetivar uma maior participação política entre os jovens no Brasil. Uma vez que são os mais jovens os principais usuários desses sites, eles são os maiores responsáveis por uma possível mudança na cultura política brasileira? Busca-se analisar de que forma o uso desses SRS está relacionado com as atitudes e a predisposição a participação política, na população brasileira, e como esta relação ocorre em diferentes idades. A hipótese é de que quanto maior o uso desse SRS maior a relação com as atitudes e predisposições de participação política entre os jovens. Para alcançar estes objetivos, compara-se as atitudes e comportamentos dos jovens brasileiros usuários e não usuários dos SRS. Analisa-se assim, como variáveis dependentes as atitudes políticas (Interesse por política, compreensão da política, frequência com que fala sobre política) e as predisposições em participação em abaixo-assinados, e mobilizações (por melhores condições de trabalho, melhoras na saúde e educação, exploração de recursos naturais e defender os direitos a democracia). Os dados utilizados são referentes a pesquisa survey desenvolvidas pelo Latinobarômetro no Brasil, no ano de 2013.

Palavras-chave: Socialização Política, Atitudes Políticas, Sites de Redes Sociais, Coortes de Idades.

Introdução

Os jovens podem ser a parcela da população com maior engajamento nos processos de transformação política por conta de fatores sociais e psicológicos típicos da idade, isso porque eles vivem um momento etário crucial para a sua formação política e intelectual. Nesse sentido a socialização política é o processo pelo qual os jovens incorporam seus valores e atitudes, em que os indivíduos mais velhos transmitem a cultura política aos mais jovens (ALMOND, VERBA, 1965). Os jovens também podem criar novos padrões de comportamento político, se novos valores são configurados nas gerações mais recentes, estes podem ser incorporados à cultura política da próxima geração (SCHMIDT, 2001). Tradicionalmente, existem quatro agências apontadas como as principais na socialização política, a família, a escola, a mídia e os grupos de referências. Atualmente, a modernização e a globalização têm desempenhado um papel crucial ao longo desse processo, a socialização online pode encorajar muitos comportamentos diferentes e cultivar valores nos indivíduos que são muito diferentes dos transmitidos pelas tradicionais formas de socialização (SWIGGER, 2013; FEEZELL et al, 2013).

No cenário de globalização tecnológica atual, a internet está presente no cotidiano de 40,4% da população mundial, no Brasil 51,6% da população é usuária da internet (ITU, 2014)¹. A popularização do uso da internet tem patrocinado o uso dos Sites de Redes Sociais (SRS), em que as conexões virtuais se transformam em meio ao fortalecimento de laços de interação social vividos no mundo fora do virtual, mas que a rede proporciona a expansão desses laços dentro do mundo virtual (ELLISON e BOYD, 2013). Nessa lógica de interação social, surgem as novas mídias, aqui entendidos como os Sites de Redes Sociais (como Facebook, Twitter, MySpace, Orkut, entre outros), são sites que permitem a publicação das redes, a navegação e a interação por meio delas. Estas são definidos como plataformas de comunicação que permitem a disseminação de forma interpessoal e instantânea da informação (ELLISON e BOYD, 2013). Conforme pesquisa CONECTA (IBOPE, 2014), 90% dos internautas brasileiros, com idade entre 15 e 32 anos, utilizam a internet para estar nas redes sociais, eles possuem em média 6,7 perfis

¹ Os dados do relatório remontam ao ano de 2013, mas outras pesquisas apontam que o Brasil já possui 110 milhões de usuários ativos de internet, o que corresponde a 54% da população (204 milhões), alcançando a marca de 3º colocado entre os países de maior uso da internet (DIGITAL, 2015).

em sites de redes sociais. Entre os internautas, a pesquisa também argumenta que já não há mais diferença de seu uso entre as classes sociais A, B e C.

Embora, muitas pesquisas tenham sido feitas nas ciências sociais a fim de compreender e avaliar como a sociedade pode ser modificada por estas *new medias*, no campo da ciência política concentram-se pesquisas sobre a relação destas com os sistemas políticos, as instituições democráticas e a sociedade civil. No final do século XX surgiram alguns dos primeiros indícios de como a internet e a existência da comunicação na rede poderia agir sobre os sistemas políticos. Assim, a comunicação rápida e difusa proporcionada pela web surgiu como catalizadores da mobilidade coletiva, verificada em casos de engajamento coletivo como o Movimento Zapatista no México, a seita chinesa Falun Gong e os protestos contra a OMC em Seattle em 1999, que deram sinais de que a organização política passaria a ser mediada de forma online (CLEAVER, 2000). Contudo, foi em 2008, com a corrida presidencial norte-americana, que o potencial da comunicação online foi explorado ao máximo, na promoção do então candidato Barack Obama, e mostrou-se uma ferramenta poderosa na construção de relações políticas (ROBERTSON, VATRAPU, MEDINA, 2009).

No Brasil, em junho de 2013 experimentou-se uma onda de manifestações políticas que inseriram o país no contexto mundial de mobilizações políticas articuladas pela Internet. Os movimentos no país foram então organizados e mobilizados por meio dos Sites de Redes Sociais (GOEHN, 2013), então popularizados entre os usuários da internet. Estas mobilizações foram fundamentais para inserir a força do uso dessas plataformas no centro do debate político no país. As manifestações tiveram como principal pauta a diminuição do preço da passagem de ônibus e ocorreram em todos os estados brasileiros. Como resultado imediato a esses protestos teve-se a redução do preço da passagem em 104 municípios de 17 estados brasileiros.

O Ibope realizou uma pesquisa com estes manifestantes no dia 20 de junho de 2013 e destacou que eram compostos, em sua maioria, por jovens estudantes universitários trabalhadores de classe média. Dentre esses jovens, 46% ali estavam pela primeira vez e experimentavam o seu batismo de participação na política. Os manifestantes relataram que utilizavam os sites das redes sociais para informarem-se sobre os locais e os horários dos protestos, sendo que 75% deles utilizaram essas ferramentas para convocarem outras pessoas a participação.

Como resultado a longo prazo, os jovens participantes destes protestos podem ter sido influenciados pelos valores políticos difundidos nesses Sites de Redes Sociais que

resultaram na experiência de participação política massiva verificada nesse período. Isso porque o uso desses sites tem sido apontado pela literatura por proporcionarem um ambiente de socialização online, nos quais os jovens aprendem e incorporam valores ali disseminados (SWIGGER, 2013). Este estudo busca contribuir para a ampliação de pesquisas que avaliam o uso dos SRS.

Dessa forma, essas *new medias*, entendidas aqui como os SRS, incentivariam o engajamento político dos jovens em 2013? O uso dos SRS está relacionado com o interesse por questões da política? Uma vez que são os mais jovens os principais usuários desses sites, eles são os maiores responsáveis por uma possível mudança na cultura política brasileira? Busca-se neste trabalho, primeiro, avaliar de que forma o uso desses SRS está relacionado com as atitudes e com a predisposição a participação política e, segundo, verificar a relação destes em diferentes coortes de idade. Para alcançar estes objetivos, compara-se as atitudes e comportamentos dos jovens brasileiros usuários e não usuários dos SRS. Analisa-se assim, como variáveis dependentes as atitudes políticas (Interesse por política, compreensão da política, frequência com que fala sobre política) e as predisposições em participação em abaixo-assinados, e mobilizações (por melhores condições de trabalho, melhoras na saúde e educação, exploração de recursos naturais e defender os direitos a democracia). Para isso, utiliza-se dos dados quantitativos disponibilizados pelo Latinobarômetro, os quais possuem baterias de questões com relação a atitudes e predisposições políticas no ano de 2013 no Brasil. A hipótese desse trabalho é de que quanto maior o uso dos SRS, maior será o envolvimento dos jovens com a política.

O artigo está organizado em mais três partes, além dessa primeira introdutória. A próxima, apresenta a discussão teórica por trás da temática de Cultura Política, Socialização Política, Juventude e SRS. A seguinte, analisa os dados e realiza o teste de hipóteses. Por fim, a última, sintetiza os resultados, discute as limitações dessa pesquisa e propõe novas abordagens.

Cultura política

Os estudos de cultura política, estes têm origem a nos anos 1960, em meio a concepção funcionalista e a revolução behaviorista. Almond e Verba, com o livro *The Civic Culture* (1965), apresenta as principais análises da teoria, com um estudo comparado do comportamento dos cidadãos em cinco países. Com base nos resultados

desta pesquisa, os autores apresentam categorias diferentes de culturas políticas (paroquial, subjetiva, participativa, cívica), sendo a mais importante para o desenvolvimento da democracia a cultura cívica, encontrada na pesquisa, segundo os autores, somente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esta provém da congruência entre atitudes e comportamentos, caracterizando as orientações participativas dos cidadãos. Isto é, um cidadão que está orientado a participar politicamente, mas que o faz somente em momentos pelo qual é convocado, porque os autores consideram que certa apatia política é necessária para o equilíbrio e estabilidade do sistema. Para eles a questão participativa da cultura cívica tem sua importância em um conjunto de atitudes que permite que haja a consolidação das estruturas de mediação política e não sua constante contestação por parte da população.

Baquero e Prá (2007) argumentam que a cultura integra o indivíduo de duas formas: no plano interno, por meio de suas normas e valores, e em sua perspectiva externa, mediante as atitudes e crenças dos cidadãos. Desta forma, os culturalistas argumentam que se torna muito difícil modificar a cultura política de uma sociedade, pois esta opera, primeiro, no plano interno para depois seguir no plano externo. É importante que haja, então, uma conexão da cultura política do lugar com a sua perspectiva institucional, que não seja por imposição de fórmulas políticas, mas pela construção de aparatos políticos provenientes do cidadão.

Os institucionalistas possuem pressupostos contrários. Argumentando que são as instituições que mudam as orientações dos cidadãos e que, portanto, sendo estas democráticas, o cidadão será igualmente democrático (DOWNS, 1999). Schumpeter (1984) argumenta, sob esta segunda perspectiva teórica, ser necessária apenas a existência de uma democracia formal, minimalista, a qual se constitui apenas como um método para tomada de decisões, não levando em conta, portanto, os valores e crenças da população na construção democrática.

Contudo, Easton (1968) sugere que é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Desta forma se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estar em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que este se aperfeiçoe.

No caso da América Latina, segundo Baquero (2011) este padrão de congruência não se configura, resultando na falta de confiança das pessoas na política. Ou seja, a pouca participação política dos cidadãos retrata uma baixa-identificação dos mesmos com os mecanismos tradicionais de mobilização política, os partidos políticos, o que favorece a

apatia política. Isso ocorre, principalmente, devido a alguns dos elementos constitutivos da identidade nacional (encontrada em toda América Latina), tais como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade, patrimonialismo caracterizarem uma cultura política com traços de autoritarismo.

Socialização política

Esse trabalho adota o conceito de socialização política, entendido como o processo pelo qual são internalizados nos indivíduos jovens as atitudes, normas, valores e padrões de comportamento da cultura política em que se encontram (ALMOND e VERBA, 1965). Para a efetivação da Socialização Política são necessárias algumas agências que atuem sobre os indivíduos, exercendo um seu papel na formação das atitudes. A família, a escola, as instituições religiosas, grupos de pares, classe social, grupos de interesse, partidos políticos e meios de comunicação são apontados como os principais agentes de influências. O papel destes agentes é igual em qualquer nação, e em diferentes culturas políticas. Contudo, cada cultura política os utiliza da melhor forma para enviar as mensagens necessárias para a perpetuação das crenças, atitudes e valores. Desta forma, identifica-se como socialização primária a família, como socialização secundária a escola, e por fim, a terciária, os meios de comunicação.

Almond et. al. (2008) argumentam que a Socialização Política engloba três pontos. Primeiro, a socialização ocorre de forma direta (escolas, programas de governo, informações políticas difundidas dentro de um grupo de interesse) e indireta (observação do comportamento político de adultos e de outras sociedades). Schmidt (2001) elenca estes meios como foram traduzidas para o português, a socialização manifesta e a latente.

Segundo ponto, a Socialização Política é um processo ao longo de toda a vida, ou seja, é a consequência de experiências constantes que modificam as atitudes políticas, sendo que os eventos que ocorrem quando o indivíduo é jovem causam maior impacto. Terceiro ponto, os padrões de socialização podem causar divisões ou unificações na cultura política de um país, seja por meio de políticas governamentais que proporcionam coesão cultural, ou pelo pertencimento a grupos que possuem atitudes políticas diferenciadas do todo, funcionando como uma subcultura em meio a outros padrões (ALMOND *et. al.*, 2008).

Pesquisas sobre a formação de atitudes políticas existem desde o início do século XX, na psicologia social. Alport (1935) elencou cerca de 25 definições para esse conceito.

Assim, operavam as influências da família e do social na definição das preferências dos indivíduos. Bandura (1977) argumenta, na teoria da aprendizagem social que as crianças adquirem atitudes influenciadas pelas escolhas dos pais, através da observação das outras pessoas. Nesse caso, as pessoas constroem suas atitudes a partir da interação com outras pessoas, a partir dos pais, dos colegas, dos meios de comunicação e, atualmente, dos serviços de internet (BANAJI, HEIPHETZ, 2010). A formação das atitudes nos cidadãos constitui-se na base do processo de socialização política.

Nos anos de 1960 nos Estados Unidos, Almond e Verba (1965) atribuíram a quatro agências o papel de socializar politicamente os jovens da sociedade: a família, a escola, a mídia e os grupos de referência. Por meio do desempenho dessas agências na transmissão de valores, os indivíduos são instruídos a respeito da cultura política predominante, construindo atitudes com relação aos objetos políticos. O processo de socialização política ocorre, principalmente, durante o período da infância e juventude, agregando valores, atitudes e comportamentos, que contribuirão para a formação de cidadãos políticos (ALMOND e VERBA, 1965; SIEGEL, 1989). Isto porque os jovens, desde a tenra idade, passam por um conjunto de experiências e influências que reforçam ou modificam suas atitudes (SCHMIDT, 2001; EASTON e DENNIS, 1969, NIEMI e HEPBURN, 19XX).

Esse processo também é relevante para determinar a estabilidade dos sentimentos de uma sociedade frente as estruturas políticas que estão imersas em um sistema político (EASTON, 1965). Outras definições para este fenômeno, mas que não são anulativas, dizem respeito a formação de aprendizado político, necessário a estabilidade do sistema político (DENNIS, 1971). Assim, as atitudes dos jovens, suas predisposições de envolvimento com a política e o próprio comportamento político dos mesmos trata-se de elementos cruciais à compreensão da cultura política de uma sociedade.

Nos Estados Unidos estudos que buscavam avaliar o processo de formação de atitudes e os meios de socialização política estão presentes desde os anos de 1950. Na primeira fase desses estudos enfocou-se diretamente sobre o período infantil da socialização política, dedicando-se à influência da família nesse processo (HYMAN, 1959; EASTON E DENNIS, 1969, GREENSTEIN, 1965). Uma segunda fase, a partir dos anos 1970, passou a focar a socialização de jovens e adultos (JENNINGS E NIEMI, 1974; SIEGEL, 1989). Nos anos 1980, grande parte das pesquisas se dedicaram a influência dos meios de comunicação sobre esses jovens. Nos anos 2000, novamente estudos de socialização política retornam a um lugar de destaque na academia norte-

americana. Entretanto, Sapiro (2004) argumenta que dados os avanços no campo da psicologia, a categorização social, bem como o processo de identidade, constitui-se como pontos centrais na compreensão desse processo.

No Brasil pesquisas sobre a socialização política têm sido realizadas desde os anos 1980, com ênfase na socialização escolar dos jovens e de adolescentes. Nesse caso, o foco tem sido o de jovens estudantes em escolas (SOUZA, 1983; NAZZARI, 1992; Ferreira e Souza, 1996; BAQUERO, 1997; SCHMIDT, 2001; NAZZARI, 2006). Tais pesquisas têm desenvolvido uma tradição nos estudos de cultura política brasileira, concentrando-se principalmente na região sul do país (SPOSITO, 2009).

Juventude

O termo juventude é polissêmico, podendo ser definido pela faixa etária, pelo período da vida, pela categoria social, pela geração, entre outros, embora nenhuma das limitações seja totalmente clara, todos os critérios utilizados dizem respeito ao período entre a infância e a maturidade. Nesse sentido, a psicologia se refere ao nível individual dos processos ocorridos nessa fase, o que diz respeito às mudanças no desenvolvimento físico e biológico, como a puberdade, desenvolvimento cognitivo e intelectual, na estrutura do pensamento (PIAGET).

No contexto das pesquisas em educação, a juventude é possui duas concepções, a condição juvenil, representando o significado que é dado pela sociedade a ela, e condição como esta é vivida, por meio da classe, gênero e etnia em que é vivida. A preocupação dos pesquisadores em educação constantemente retrata a juventude pela sua relação com o ambiente escolar, ou com o mercado de trabalho. Dayrel (2007) argumenta que as inquietudes dos jovens estudantes transpassam as barreiras de classe (através da globalização), o que significa em mutações profundas sobre a sociedade e, consequentemente, sobre o processo de socialização.

Neste caso, ficaremos com a primeira definição. Conforme o Estatuto da Juventude, são jovens todos aqueles que têm entre 15 e 29 anos e os adolescentes possuem idade entre 15 e 18 anos (BRASIL, 2013). O limite cronológico aqui adotado visa delimitar dentro da amostra da pesquisa os indivíduos que se encontram no período da juventude.

A fim de retratar as características da juventude brasileira, recorre-se a pesquisa realizada por João Pedro Schmidt (2001) em estudo sobre a sociabilidade dos jovens

brasileiros no fim dos anos 1990. O autor argumenta de que estes, por vias de seu contexto histórico, possuem uma Cultura Política híbrida, marcada pelo autoritarismo e apatia, em que

[...] demonstra preferência pela democracia num sentido abstrato, baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições, sensibilidade para ideais de mudança, mas sem orientações ideológicas definidas, pequena participação política efetiva (SCHMIDT, 2001, p. 142).

Neste caso, os jovens até então têm apresentado as mesmas características culturais dos pais, dos quais são receptores de valores e costumes. Contudo, este período possui suas características próprias, a transitoriedade, marginalidade, adaptabilidade, potencialidade de mudança e a reação contra o adulto. Estas características tornam a juventude um fenômeno universal e supra histórico (SCHMIDT, 2001).

A partir desse panorama, é possível avaliar como os jovens, possuindo sua condição juvenil, etária experimentaram o processo de socialização política no contexto político brasileiro atual, passados 25 anos de implantação democrática e imersos no processo de globalização proporcionados pelas mídias sociais.

Internet e Sites de Redes Sociais

O surgimento de novos meios de comunicação, as *new medias* ou novas mídias, tem alcançado grande interesse acadêmico, pesquisadores de diferentes áreas buscam compreender quais os possíveis efeitos e mudanças que estas novas ferramentas tecnológicas podem suscitar sobre a sociedade. No final do século XX, o debate se concentrava principalmente na distinção entre as velhas mídias (a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão aberta) e as novas mídias (mídias digitais). Rice (1999) apresenta que as *new medias* são a combinação entre, também chamados de três “c”: 1) computação e tecnologia da informação; 2) comunicação em rede; 3) conteúdo digital. Tal combinação de elementos altera a configuração das antigas mídias nos seus dois principais atributos: a unidirecionalidade e a massificação da comunicação em massa (LIMA, 2004). Primeiro, porque as mídias antigas se baseiam em produtos unidirecionais, em uma fonte centralizada, já as mídias digitais possuem tecnologia para a distribuição de produtos, como som, imagem, impresso, em apenas um canal eletrônico comum, o que possibilita ao consumidor interagir e escolher quais, quando e de que forma obter os recursos de informação (DIZARD, 2000). Segundo, as novas mídias podem oferecer um serviço

especializado a vários segmentos de públicos, o que especializa e fragmenta o acesso a informação, assim a tecnologia das *new medias* rompe com a lógica da massificação da informação (LIMA, 2004).

Ainda que não haja consenso do tamanho do impacto das *new medias* sobre a sociedade, esta levantou diferentes opiniões com relação ao seu papel na sociedade. Assim, em um primeiro momento havia uma grande expectativa a respeito de grandes mudanças sociais. Castells, no seu livro “Sociedade em Rede” afirma que estaríamos vivendo uma nova revolução tecnológica, referindo-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação.

A Internet tem sido investigada na ciência política como um ambiente que possibilita meios participação (GOMES), mobilizações (MARQUES) e representação (MIOLA), bem como do seu uso no processo dos pleitos políticos (COLEMAN et all; HOWARD; AGIO). Constituindo-se em uma plataforma que proporciona uma vida política online, que é sustentada por questões além da participação (GOMES, 2012). Iniciativas de Cyberdemocracia (FULLER, 2004) e accountability e transparência digital (VER) tem ampliado a agenda de pesquisas dentro da ciência política, contudo, as agendas de pesquisas possuem dificuldades relacionadas a urgência demanda de analisar o tema, da abundância de dados gerados pela web, bem como da efemeridade das relações existentes na plataforma digital.

Castells (2010) argumenta que a Internet tem proporcionado a existência de uma sociedade em Rede, ou seja, pelas quais as informações, economia e organizações estão constantemente correlacionadas, em uma interação que proporciona a interdependência. O autor defende que a Internet se transforma em um meio de fortalecimento dos laços de interação social vividos no mundo fora do virtual e proporciona a expansão dos mesmos dentro do mundo virtual, aos quais ele chama de comunidades virtuais.

[...] não são comunidades físicas [...], porém não são irreais, funcionam em outro plano da realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas por laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada (CASTELLS, 2010, p. 445-446).

As relações experimentadas dentro dessas comunidades caracterizam outra forma de sociabilidade, pois possuem características específicas proporcionadas pelo mundo virtual. Dessa forma, se ampliam os vínculos sociais e criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal”

(idem, p. 446). Portanto, os SRS se caracterizam por serem comunidades interpessoais, ou seja, não se objetivam por relacionar os tipos específicos de interesses dos usuários por questões políticas. Os SRS (SNS, sigla em inglês para *Social Network Sites*) têm os seus usuários, majoritariamente, “centrados em um padrão egocentrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1). De acordo com a autora, os padrões de relacionamento encontrados nessas redes diferem substancialmente dos encontrados nas estruturas de redes conhecidos pela literatura desenvolvida nas redes sociais fora do mundo virtual, e é esperado que se tenha, dentro do número de contatos, maior proximidade com alguns, resultando vínculos fortes, duradouros, ou não, ou apenas vínculos fracos. São ferramentas tecnológicas desenvolvidas na Internet para proporcionar tipos de relações sociais e de sociabilidade virtuais que se diferenciam em dinâmicas e propósitos, proporcionando a formação de Redes Sociais de contatos por meio virtual.

Entretanto, Boyd (2008) salienta que as tecnologias, no caso os sites de RSI, são criados pela sociedade, e, portanto, refletem os valores dessa sociedade. Seu argumento baseia-se, contudo, em fotos provocantes e “pseudo-celebrities” (idem, p. 113) encontradas geralmente nos perfis das pessoas, que mesmo não sendo celebridades “reais” possuem um espaço, ali, para se constituírem como tais ao refletirem os valores sociais. A Internet, os Sites de Redes Sociais ou celulares agem de forma a criar uma vida paralela para o indivíduo, como um espelho, onde este pode projetar suas fantasias, mas não proporcionando a criação ou a mudança de ideias (TURKLE, 1995 *apud* THOMPSON e HICKEY, 2005).

Na literatura da ciência política, o uso destes mecanismos tem sido visto 1) com otimismo por apresentar um potencial efeito democratizador aos meios de comunicações (DEIBERT e ROHOZINSKI, 2010), 2) como espaços de engajamento político (SMITH et al, 2009; VITACK et al, 2010) e 3) pela capacidade de construir e fortalecer laços sociais, proporcionando conversações on-line (RECUERO 2013, 2006), 4) por estimular o envolvimento na comunidade e na política (ZHANG et al, 2009).

Pesquisas sobre o uso de tais SRS tem apontado que estes acabam por influenciar nas temáticas das discussões familiares relacionadas a política (Yang e Rhee, 2010). Isso porque os meios de comunicação divulgam notícias relacionadas a política, estas são difundidas nos SRS e por fim, podem ser introduzidas as conversas familiares, tendo por fim um efeito político sobre o jovem diferente dos mecanismos utilizados pelas outras agências de socialização política. Por outro lado, Smith, Scholozman, Verba e Brady

(2009) analisam que a internet, e os SRS, se apresentam como uma ferramenta na participação política, com a vantagem da redução de “custos”, ela facilita a formação de grupos políticos. Nesse contexto, os jovens são os mais ativos e assim mais suscetíveis aos estímulos gerados por esses relacionamentos em rede. O que resulta em um processo de socialização online, que tem sido apontado como responsável por modificar a percepção dos jovens sobre os valores fundamentais dos indivíduos, como privacidade, liberdades civis, segurança e atitudes políticas (SWIGGER, 2013).

A socialização online, portanto, pode encorajar muitos comportamentos diferentes e cultivar valores nos indivíduos que são muito diferentes dos transmitidos pelas tradicionais formas de socialização (Swigger, 2013; Feezell et al., 2013). Assim os relacionamentos realizados nas plataformas online são significativos para o desenvolvimento intelectual e maturidade dessa geração. Combinados a isso, a globalização da comunicação, portanto, tem proporcionado interação e acesso generalizado a informação, numa alta velocidade e abrangência mundial (NORRIS e INGLEHART, 2009). Nesse caso, o impacto dessas ferramentas, os SRSI, está precisamente em seu uso ao acessar e transmitir notícias relacionadas a política com uma maior interação por parte dos jovens do que as veiculadas na televisão, por exemplo.

Considerando que os elementos fundamentais no processo de construção de uma sociedade democrática, se referem a obtenção de valores e princípios, e a importância dada a estes, na formação de cidadãos (CARRERO, 2013; MARTINEZ, 2001). A educação de valores contribui para a construção de valores democráticos direcionados para: o exercício da tolerância e da participação social, solidariedade, defesa da soberania, justiça social, etc., (CARRERO, 2013). Desta forma a utilização massiva dos SRS pelos jovens, pode impactar na construção de valores democráticos, protagonizado pelo processo de socialização política.

Atitudes e participação política dos brasileiros

Passa-se agora a analisar os dados da pesquisa do Latino barômetro a respeito da cultura política dos brasileiros. A análise compara três coortes de idade, jovens com idade entre 16 a 29 anos, dos adultos com idade entre 30 e 49 anos e por fim dos adultos com mais de 50 anos. Portanto, a variável dependente é o uso dos SRS, no ano de 2013: em que: 21,4% dos jovens não eram usuários, e os outros 78,6% utilizam pelo menos um dos SRS; entre os adultos entre 30 e 39 anos, 50,20% não eram usuários e 49,80% utilizavam

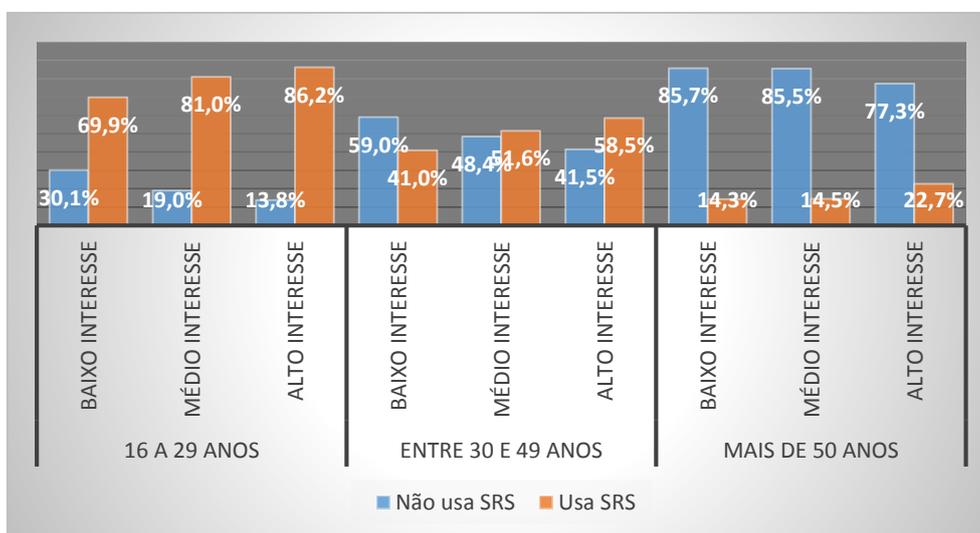
pelo menos um dos sites; já entre os mais velhos, com mais de 50 anos, 83,30% não possuíam perfil cadastrado nos sites, contra os outros 16,70% que possuíam.

No total, 51,90% da população brasileira sinalizou possuir perfil em pelo menos um dos sites de redes sociais identificados pela pesquisa. Entre aqueles que utilizam os SRS, 88,9% possuem uma conta no Facebook, 47% no Youtube (entre estes 94% também utilizam o Facebook, e 1,72% utilizam somente o Youtube como SRS) e 25% no Orkut.

Atitudes por idade

Torna-se necessário ressaltar que este estudo não tem a pretensão de averiguar sobre o futuro do processo de socialização política com relação ao uso dos SRS, mas trata-se de uma pesquisa que busca explorar se o uso dessas novas tecnologias está relacionado a determinados posicionamentos políticos no ano de 2013, ano de grande mobilização popular no país. Assim, verifica-se aqui se há grandes contradições entre as atitudes políticas das gerações mais velhas com as mais novas, a respeito da efetividade de transmissão da cultura política a essas novas gerações. O Gráfico 1, apresenta a relação entre o uso de SRS e o interesse por política, comparando pelas coortes de idades.

Gráfico 1 – Interesse por política



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,01$ (N= 359).

Entre 30 e 49 anos $P < 0,05$ (N= 456)

Mais de 50 anos $P > 0,05$ (N= 374)

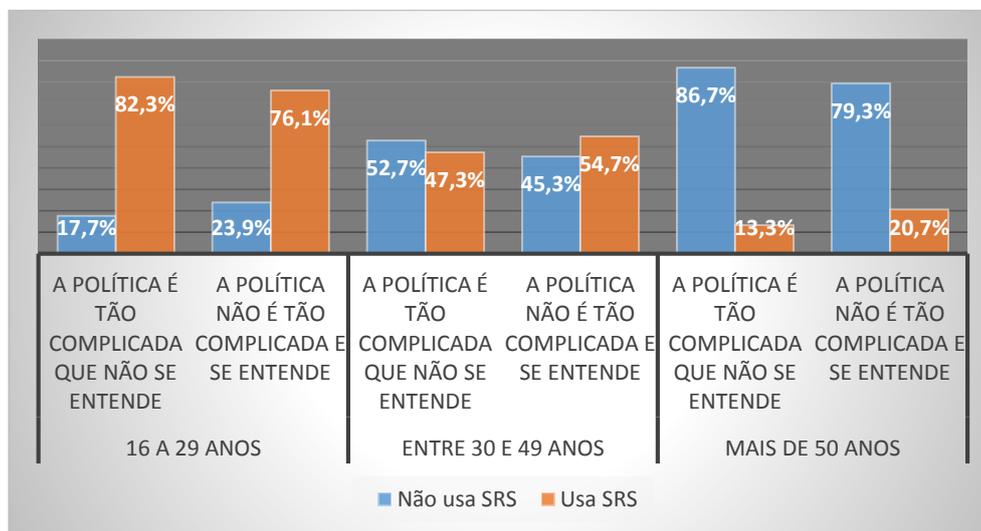
Verifica-se que existe uma relação significativa entre o uso de SRS e o interesse por política, entre aqueles que possuem de 16 a 29 anos e entre os que possuem entre 30 e 49 anos. Com relação aos mais jovens, entre aqueles possuem alto interesse por política

86,2% utilizam os SRS e os que tem baixo interesse, 30,1% não utilizam os SRS. Os indivíduos que possuem entre 30 e 49 anos, e que também possuem um alto interesse por política também apresentam uma maior frequência entre aqueles que são usuários dos SRS (58,5%). Assim, mesmo que com estes dados não se possa estabelecer a relação causal de que os SRS provocam o interesse ou de que o interesse prévio pode incitar a criação de um perfil na rede, é altamente significativo que para as duas primeiras coortes de idades possuïrem entre os usuários de SRS atitudes políticas em comum.

Pesquisas realizadas na Espanha, também apresentaram relações significativas entre o uso de SRS e as atitudes políticas, Colombo et all (2012) combinaram esses resultados quantitativos com análises qualitativas de grupos focais, encontrando que os não usuários apresentaram maiores sentimentos de alienação com relação à política, e os usuários de SRS, entretanto possuem argumentos mais racionais por não se comprometerem com a política.

Por fim, entre aqueles que possuem mais de 50 anos, não se encontrou uma relação significativa para essa variável, embora também se verifique a presença de mais usuários dos SRS entre aqueles que possuem um maior interesse por política (22,7%) do que entre aqueles que possuem um menor interesse (14,3%). O gráfico a seguir apresenta a relação do uso dos SRS com a percepção de complexidade na política.

Gráfico 2 – Considera a política complicada



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

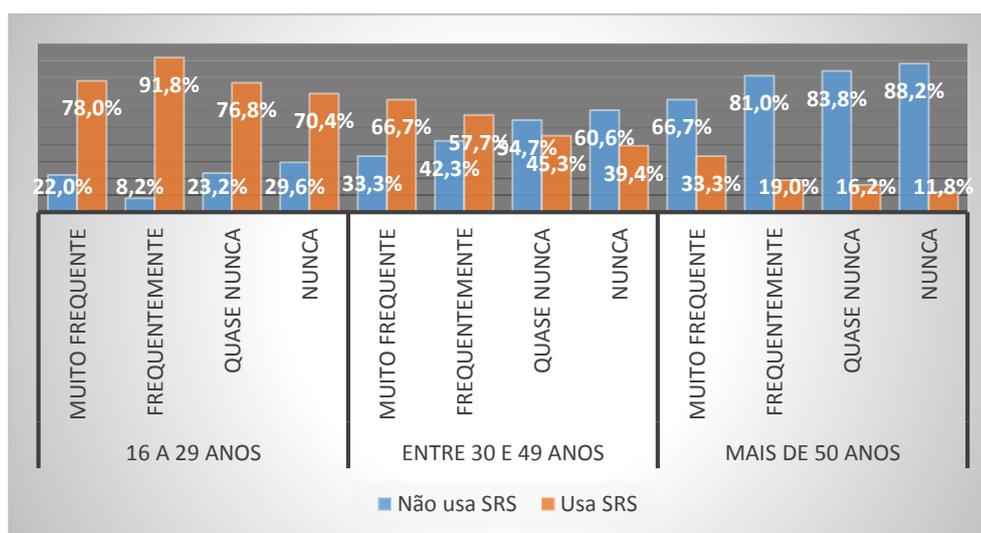
16 a 29 anos $P > 0,05$ (N= 326).

Entre 30 e 49 anos $P < 0,10$ (N= 428)

Mais de 50 anos $P < 0,05$ (N= 331)

Os dados referentes aqueles que possuem mais de 50 anos foram os únicos que apresentaram uma significância estatística no teste do qui-quadrado. O que significa que somente para essa faixa etária o uso dos SRS está relacionado com a percepção de complexidade. Neste caso, entre os que consideram a política não complicada, 20,7% são usuários dos SRS, enquanto que 13,3% daqueles que não compreendem a política, uma diferença de 7,4 pontos percentuais. Isso significa que na geração mais velha, aqui analisada, aqueles que acessam os SRS também compreendem e entendem de forma melhor como funciona a política. No caso dessa geração é possível afirmar que os valores referentes a política já estavam consolidados quando estes criaram seus perfis, nesse caso, é possível que estes utilizem mais os SRS do que os que não compreendem pois ali pode ser um espaço de trocas de informações políticas. Já com relação as gerações mais novas, o fato de compreender a política não está relacionado ao uso dos SRS. O próximo gráfico explora a relação com a conversa sobre política:

Gráfico 3 – Falar sobre política com os amigos



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,01$ (N= 359).

Entre 30 e 49 anos $P < 0,01$ (N= 459)

Mais de 50 anos $P < 0,05$ (N= 375)

O gráfico 3 apresenta a frequência com que os brasileiros falam sobre política com os seus amigos, em todas as coortes de idade utilizada existe uma relação significativa entre as variáveis. Entre os jovens de 16 a 29 anos, verifica-se que entre os que consideram falar “frequentemente” sobre política com os amigos 91,8% utilizam os SRS, e os que “nunca” falam sobre política é mais frequente que estejam entre os que não possuem acesso aos SRS (70,4%). Considerando o uso dos SRS, a diferença entre a muita frequência de falar sobre política e nunca falar é de 7,6 pontos percentuais. Já com relação

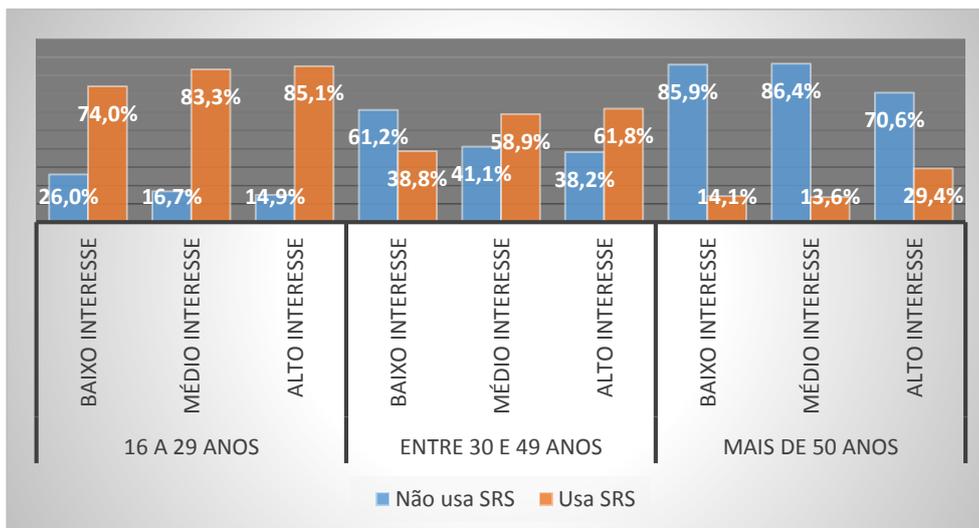
aos que possuem entre 30 e 49 anos, esta diferença se acentua, para 27,3 pontos percentuais. Assim é mais provável que os que costumam falar frequentemente com seus amigos sobre política utilizem os SRS (66,7%), contra os 39,4% dos que não falam nunca sobre política, mas que possuem SRS. Por fim, entre os mais velhos, com mais de 50 anos, a diferença na frequência da fala sobre política continua no mesmo sentido, mas agora de 21,5 pontos percentuais. Assim, entre os usuários dos SRS desta idade, o fato de nunca falar sobre política também está relacionado com o uso dos SRS, embora seja uma relação menor, justamente porque grande parte da população nesta idade não possui um perfil nos SRS.

Neste gráfico é possível observar uma linha de tendência, com relação ao uso dos SRS e a frequência da fala sobre política. O que não nos permite observar que esta esteja relacionada com a transmissão de valores, através do processo de socialização política, mas sim com facilidade dos jovens e do seu maior contato com a conexão nesses SRS. Assim, é possível que os cidadãos mais jovens sejam mais influenciados em sua cultura política pelo uso dos SRS do que pelos indivíduos mais velhos. Contudo são necessários estudos mais abrangentes a respeito do conteúdo veiculado nessas redes.

Predisposições a comportamento por idade

A predisposição dos brasileiros em participar de protestos é altamente relevante para compreender o que se passou no ano de 2013, ano de grande concentração de passeatas. Assim, nessa segunda seção das análises, verifica-se a predisposição desses em assinar petições e a participar de protestos relacionados ao aumento de salários e melhores condições de trabalho, à melhora da saúde e da educação, à exploração de recursos naturais e a defender os direitos democráticos.

Gráfico 4 – Predisposição em Assinar uma petição



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,05$ (N= 357).

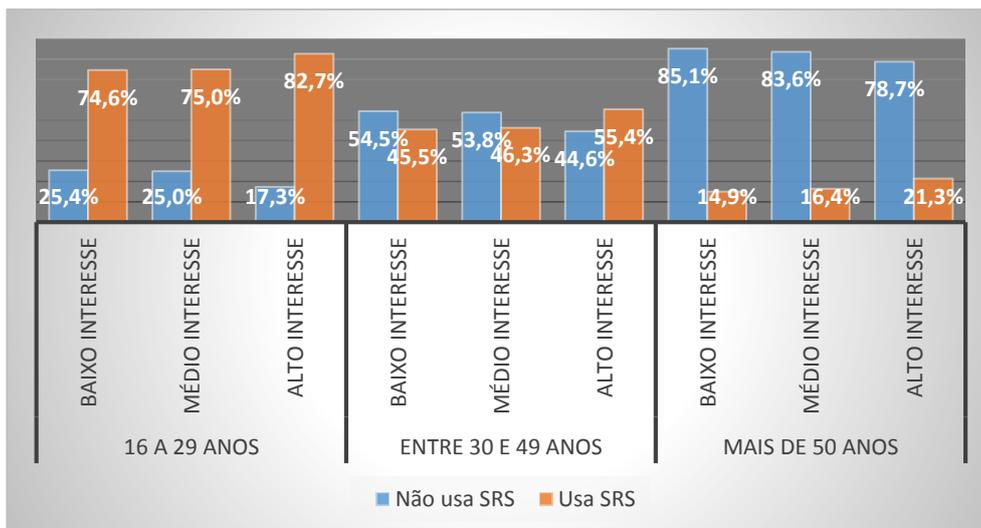
Entre 30 e 49 anos $P < 0,00$ (N= 454)

Mais de 50 anos $P < 0,01$ (N= 368)

Com relação a predisposição dos brasileiros a assinar uma petição, verifica-se novamente, que existe uma tendência geracional, o que está ligada a própria tendência a utilizar os SRS, mais presente entre os mais jovens, do que entre os mais velhos. Na coorte de jovens, o alto interesse em deixar o nome em abaixo-assinados é mais presente entre os que utilizam os SRS (85,1%), do que entre os que também utilizam mas possuem baixo interesse (74%). Já entre a população que possui entre 30 e 49 anos, a relação é inversamente proporcional entre o alto interesse e uso dos SRS (61,8%) e o baixo interesse e não uso de SRS (61,2%). Da mesma forma, mas não tão acentuado, entre os que possuem mais de 50 anos, em que a diferença entre os usuários de SRS, que possuem baixo interesse (14,1%) e os que possuem alto interesse (29,4%) é de 15,3 pontos percentuais.

A predisposição dos indivíduos em participar de diversos protestos é uma boa medida para avaliar futuros comportamentos políticos que os mesmos venham a apresentar. Com relação aos acontecimentos de junho de 2013 no país, em que houve grande mobilização popular, a participação de jovens nesses movimentos pode ser explicado por estes apresentarem predisposições positivas a participação. Dessa forma, verificar qual a relação dessa predisposição com os SRS nos permite verificar se de fato foram os SRS que provocaram tal comportamento.

Gráfico 5 – Predisposição a participar em protestos relacionados ao aumento de salário e melhores condições de emprego



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

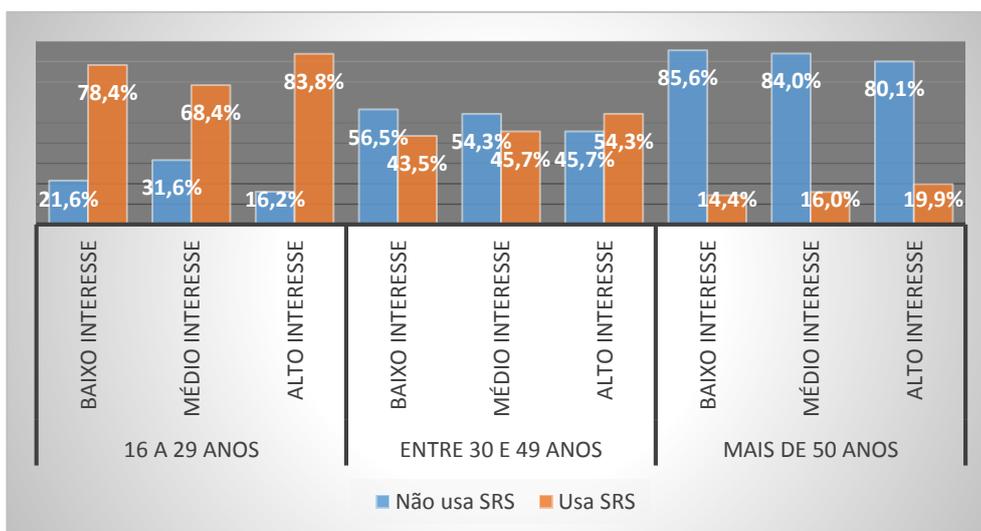
16 a 29 anos $P > 0,05$ (N= 357).

Entre 30 e 49 anos $P > 0,05$ (N= 454)

Mais de 50 anos $P > 0,05$ (N= 368)

Com relação a participação em protestos relacionados a questões trabalhistas, nenhuma das análises apresentou resultados estatisticamente significativos, o revela que tal predisposição não está relacionado com o uso dos SRS. Entretanto, vale salientar que são os mais velhos que tradicionalmente são interessados na manutenção, melhoria e estabilidade das condições de emprego, principalmente se houverem questões previdenciárias. Para este caso, os dados apresentaram que entre os que possuem alto interesse em participar e o uso dos SRS (21,3%) é maior do que os 14,9% que possuem baixo interesse e não participam dos SRS.

Gráfico 6 – Predisposição a participar em protestos relacionados a melhora da saúde e da educação



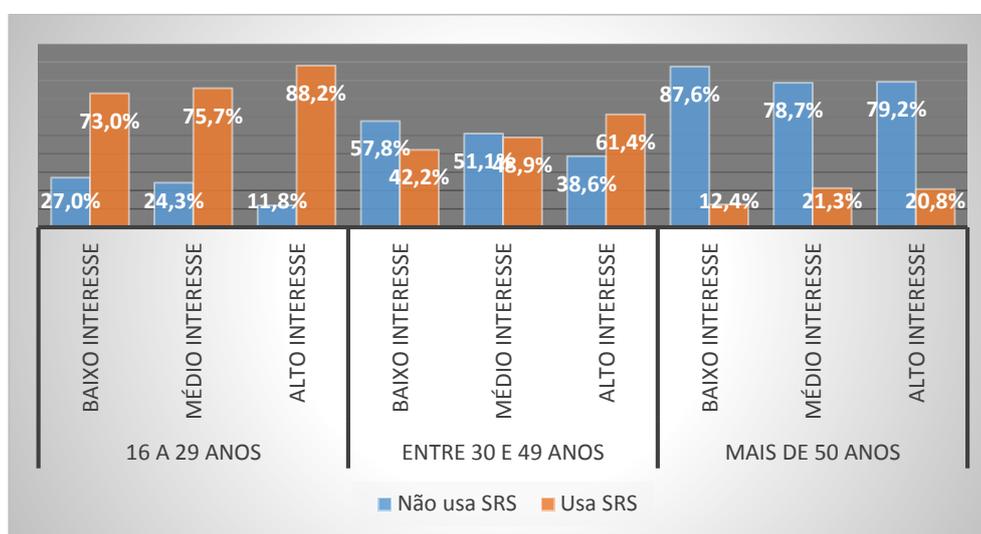
Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,01$ (N= 359).

Entre 30 e 49 anos $P > 0,05$ (N= 451)
Mais de 50 anos $P > 0,05$ (N= 364)

Já a participação em protestos relacionados a melhora da saúde e da educação, a relação entre os mais jovens é a única que é significativa, justamente, esta parcela da população que é mais interessada no bom desempenho do governo em disponibilizar saúde e educação, pois são questões que interferem diretamente no futuro dos jovens. Assim, verifica-se que a presença de um alto interesse em participar dessas mobilizações é de 83,8% para aqueles que utilizam os SRS, enquanto que 78,4% dos que também possuem acesso aos SRS, mas um baixo interesse em participar.

Gráfico 7 – Predisposição a participar em protestos relacionados a exploração de recursos naturais



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,05$ (N= 352).

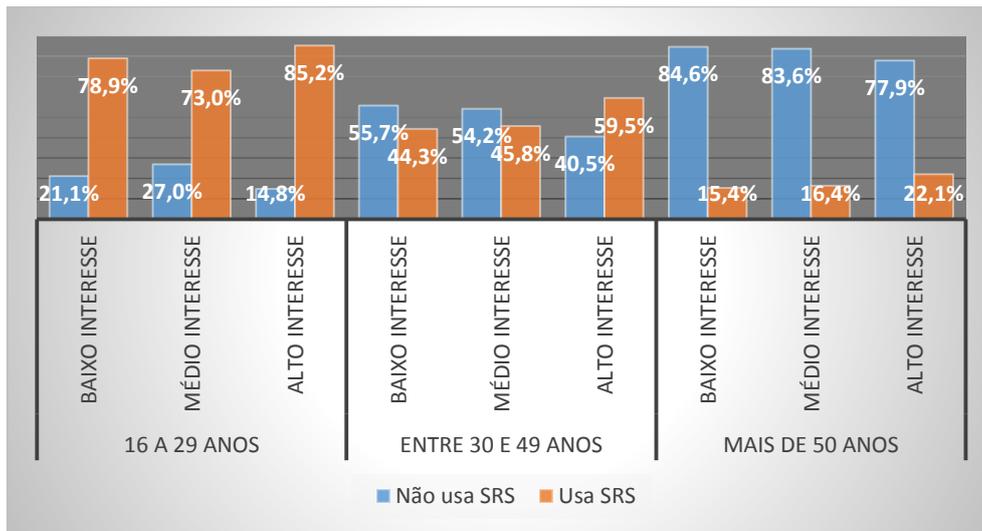
Entre 30 e 49 anos $P < 0,01$ (N= 439)

Mais de 50 anos $P < 0,01$ (N= 355)

A predisposição em protestos relacionados a exploração de recursos naturais apresentou significância estatística em todas as coortes de idades. Entre os jovens, aqueles que tem alto interesse em participar 88,2% possuem SRS, entre os que possuem idade entre 30 e 49 anos essa relação é de 61,4% e os com mais de 50 anos de 20,8%. Entre os mais jovens a diferença de pontos percentuais entre os que possuem SRS e não se interessam para os que se interessam é de 15,2, entre os que possuem de 30 a 49 anos a diferença é de 19,2 e para os que possuem mais de 50 anos é de 8,4 pontos percentuais.

Gráfico 8 – Predisposição a participar em protestos

relacionados defender os direitos democráticos



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro.

16 a 29 anos $P < 0,05$ (N= 354).

Entre 30 e 49 anos $P < 0,05$ (N= 441)

Mais de 50 anos $P > 0,05$ (N= 354)

A predisposição dos indivíduos com relação a defesa de direitos democráticos mostrou significância estatísticas em todas as coortes de idades. Os mais jovens, independentemente de possuírem a maior parcela da população que acessa os SRS, novamente apresentam uma relação de maior interesse em participar nas passeatas entre aqueles que possuem acesso aos SRS (85,2%), comparando com os que possuem baixo interesse, 78,9%, uma diferença de 6,3 pontos percentuais. Já a diferença de interesse entre os que possuem idade entre 30 e 49 anos que acessam os SRS, é de 15,2 pontos percentuais, e dos que possuem mais de 50 anos, de 6,7%.

Conclusão

Este trabalho analisou, sobre o enfoque da cultura política, como se relaciona com uso de SRS com variáveis de atitudes e predisposições políticas, no ano de maiores manifestações populares no Brasil, em 2013. A pesquisa foi realizada nos meses de junho e julho de 2013, no auge de tais manifestações. Portanto, é possível afirmar, com os dados aqui apresentados, que no ano de 2013, o uso dos SRS pelos indivíduos estava relacionado a algumas das principais atitudes e predisposições a comportamentos políticos.

Constatou-se que grande parte das variáveis analisadas possuíam relações positivas e significativas, ao considerar o uso dessas tecnologias no processo de socialização política. O quadro abaixo retrata sumariamente os resultados das análises apresentadas neste trabalho.

Quadro 1 – resultados das análises

	16 a 29 anos	30 a 49 anos	+ 50 anos	Conclusão
Interesse por política	+ 16,3*	+ 17,5**	+ 8,4***	+
Considera a política complicada	- 6,2***	+ 7,4***	+ 7,4**	-
Falar sobre política com os amigos	+ 7,6*	+ 27,3*	+ 21,5**	+
Predisposição em Assinar uma petição	+ 11,1**	+ 23*	+ 15,3*	+
Predisposição a participar em protestos relacionados ao aumento de salário e melhores condições de emprego	+ 8,1***	+9,9***	+6,4***	+
Predisposição a participar em protestos relacionados a melhora da saúde e da educação	+ 5,4*	+ 10,8***	+ 5,5***	+
Predisposição a participar em protestos relacionados a exploração de recursos naturais	+ 15,2**	+ 19,2*	+ 8,4*	+
Predisposição a participar em protestos relacionados defender os direitos democráticos	+ 6,3**	+ 15,2**	+ 6,7***	+

Fonte: elaboração própria.

Considera-se a subtração entre o percentual da categoria positiva (maior interesse, maior compreensão da política, maior frequência em falar sobre política, maior predisposição em participar) e o percentual da categoria negativa (menor interesse, menor compreensão da política, menor frequência em falar sobre política, menor predisposição em participar). Com exceção da variável, no qual os brasileiros argumentam considerar a política complicada demais e não a entenderem, todas as outras relações apresentam relações positivas. Destaca-se aqui as relações significativas obtidas entre todas as idades para: Falar sobre política com os amigos, predisposição para assinar uma petição e predisposição em ir a manifestações contra a exploração da natureza. O primeiro, retrata

a função que os SRS possuem para facilitar a comunicação entre amigos, o que possibilita a troca de informações e discussões sobre a política. Da mesma forma, a assinatura de abaixo assinados é facilitada nesses SRS, uma vez que estes reduzem custos na participação. Por fim, a possibilidade de participação em protestos contra a exploração da natureza evidencia uma questão que ultrapassa as necessidades etárias. Já as predisposições a passeatas de melhoria das questões de educação e de saúde, somente os jovens apresentam uma relevância estatística. São os jovens também que apresentam relação significativa com o uso dos SRS para a variável de predisposição em passeatas de apoio aos direitos da democracia.

Os SRS possuem mecanismos que possibilitam ao usuário ampliar seu escopo de conhecimentos políticos, bem como de fomentar a aproximação com assuntos políticos. Isso porque é possível reduzir custos na participação política, e facilitar o acesso a informações políticas. Entretanto, estes não tem podido descomplexificar a política, e seus assuntos, mesmo com o uso dos SRS, as pessoas continuam compreendendo a política como algo difícil de ser compreendido. Entretanto, este pode ser um começo no processo de socialização política que está entrelaçado pela relação que os mais jovens possuem com os SRS. Contudo, pode-se verificar neste estudo que entre os mais velhos que estão nos SRS, estes são os que também apresentam uma relação mais positiva com as variáveis políticas aqui analisadas. E esta presença pode vir a contribuir para que os jovens brasileiros sejam influenciados pela cultura política desses usuários, os quais transmitiriam sua cultura política cívica por meio desses SRS. Sugere-se aprofundar as análises no que concerne ao uso dos SRS referentes a participação política desses cidadãos.

Referências

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

ALMOND Gabriel, G. Bingham Powell Jr., Russell Danton & Kaare Strom. Comparative politics today: a world view. Pearson/Longman: Scott, Foresman and Company, 2008.

ALMOND, G.; VERBA, S. The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown, 1965.

ALLPORT, G. W.. Attitudes. In Handbook of social psychology. Edited by C. Murchison, 798–844. Worcester, MA: Clark Univ. Press, 1935.

BANAJI, Mahzarin R.; HEIPHETZ, Larisa. Attitudes. Handbook of social psychology, 2010.

BANDURA, Albert. Social learning theory. 1977.

BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, Marcello. Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2011.

BAQUERO, M. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

_____. O papel dos adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil – Um estudo Preliminar de Socialização Política. Cadernos de Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, n°8, 1997.

BOYD, Danah. Can Social Network Sites Enable Political Action? In: FINE, Allison; SIFRY, Micah; RASIEJ, Andrew; LEVY, Josh (eds.). Rebooting America: Creative Commons. 112-116, 2008. Disponível em: <http://www.danah.org/papers/Rebooting_America.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2011.

BOYD, Danah; ELLISON, Nicole B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 13, n. 1, p. 210-230, oct. 2007.

BRASIL. Estatuto da Juventude, 2013.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CLEAVER, Harry. The Zapatista Effect: The internet and the rise of an alternativa political fabric. Ciberlegenda, n. 03, 2000.

COLOMBO, Clelia; GALAIS, Carol; GALLEGO, Aina. El uso de Internet y las actitudes políticas: Datos cuantitativos y cualitativos de España. Arbor, v. 188, n. 756, p. 751-766, 2012.

DEIBERT, Ronald, ROHOZINSKI Rafal. Liberation vs. Control: the future of cyberspace. Journal of Democracy, v. 21, n. 4, October, 2010.

DIGITAL, Social & Mobile in 2015. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/wearesocialsg/digital-social-mobile-in-2015>>.

DIZARD, Wilson. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

EASTON, D. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

EASTON, David; DENNIS, Jack. Children in political System: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

ELLISON, N. B. boyd, d. (2013). Sociality through Social Network Sites. In Dutton, W. H. (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 151-172.

IBOPE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Not%EDcias&docid=C7F711AAF710DE8B8325709E004F9E47>>

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

LIMA, Venício A. de . *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

MEYNAUD Jean; Alain LANCELOT. *Les attitudes politiques*. Paris: Presses universitaires de France, 1964.

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia. Socialização política e capital social: empoderamento dos estudantes em Cascavel/PR. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007*, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2009.

NIEMI, Richard; HEPBURN, Mary. The rebirth of political socialization. *Perspectives on political science*, Vol. 24, No. 1, p. 7-16, 1995.

NORRIS, Pippa. The globalization of comparative public opinion research. In: ROBINSON, Neil; LANDMAN, Todd. *Handbook of Comparative Politics*. London: Sage Publications, 2007.

NORRIS, Pippa. New Social Movements, Protest Politics and the Internet. In: *Democratic Phoenix: political Activism worldwide*. (Cap 10), 2003.

ITU. *Measuring the Information Society Report*. Geneva Switzerland: International Telecommunication Union, 2014.

PIAGET, Jean. *A equilibração das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

PUTNAM, R. *a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RECUERO, Raquel. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. *Razón y Palabra*, v. 52, p. 1-15, 2006.

RECUERO, Raquel. Atos de Ameaça à Face e à Conversação em Redes Sociais na Internet. In: PRIMO, Alex. *Interações em Rede*. Porto Alegre: ed. Sulina, 2013.

RICE, RONALD E. Artifacts and Paradoxes in New Media. *New Media & Society*, v. 1, n. 1, p. 24-32, 1999.

ROBERTSON, Scott P.; VATRAPU, Ravi K.; MEDINA, Richard. The social life of social networks: Facebook linkage patterns in the 2008 US presidential election. In: Proceedings of the 10th Annual International Conference on Digital Government Research: Social Networks: Making Connections between Citizens, Data and Government. Digital Government Society of North America, 2009. p. 6-15.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SCHIMDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes. O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentvm, v. 1, 2009.

ZHANG, Weiwu et al. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. Social Science Computer Review, 2009.